

A saída pelo aperto

21 JUN 1964

Economia - Brasil

por Sidney Basile
de São Paulo

O governo realmente encerrou a fase da negociação técnica com o Fundo Monetário Internacional. Mas não o fez desaguando no impasse. A convicção reinante em alguns dos mais elevados escalões negociadores, do lado brasileiro, é a de que a missão do FMI passou a acreditar que o caso brasileiro é atípico; que as medidas de ajuste da economia deverão ser tomadas a curto prazo para conter a inflação; e que o desempenho da balança comercial — onde se prevê um superávit de até US\$ 700 milhões para este mês — satisfaz plenamente aos nossos auditores externos.

O que está em questão, agora, é saber o grau de tolerância do "board" do FMI — leia-se, por tabela, dos bancos credores — à velocidade de redução da inflação que o governo brasileiro está propondo. Al-

guns compromissos estão tomados, "não com o Fundo", segundo uma fonte da Seplan, "mas com nós mesmos", para fazer com que a inflação caia. Os principais: a decidida redução do déficit das estatais e o expurgo dos índices para evitar o efeito em cadeia, sobre os preços, dos aumentos do petróleo, do trigo, e os resultantes das recentes adversidades climáticas.

O ministro Antônio Delfim Netto autorizou, ontem, a FIBGE e a FGV a promoverem um expurgo nos índices de preços de petróleo, trigo e seus derivados e de produtos agrícolas e hortifrutigranjeiros, cuja produção foi, recentemente, afetada pelas adversidades climáticas. A autorização é para fazer o expurgo a nível técnico, segundo nota divulgada pela Seplan em São Paulo. A decisão política de aplicar os índices expurgados ainda não foi tomada pelo governo.

(Ver página 3)

O que ainda falta decidir, e sobre isso o próprio FMI terá de refletir muito, é a clara definição de uma lei salarial que garanta um realinhamento dos preços relativos da economia numa escala descendente.

Esta parte do problema o Executivo passou para as mãos do Legislativo, onde se discutirá, entre outras coisas, uma emenda ao projeto de lei salarial de autoria do senador Jutahy Magalhães, em que empresas e empregados poderão negociar níveis de aumentos salariais inferiores ao INPC em benefício da manutenção do nível de emprego, por empresa.

Nas variáveis que o governo julga inteiramente sob seu controle, a da redução do déficit das estatais é a mais iminente e que prevê a cirurgia mais profunda. Na próxima semana serão editados os decretos pelos quais, entre outras medidas, o ministro da Fazenda passa a ter representante nas assembleias das empresas estatais, prática vigente até o final do governo Médici e que depois foi substituída pela de dar essa representação a delegado do ministério ao qual a estatal é subordinada.

As empresas estatais deverão também apresentar planos de cargos e benefícios, para que todos os adicionais pagos atualmente a funcionários sejam transformados em vantagens pessoalmente identificáveis. O déficit das empresas estatais mais o do orçamento monetário representam hoje mais de 25% do comprometimento do orçamento da União, e isso deve ser combatido com vigor.

E por isso que a austeridade deve chegar às empresas estatais. O porto de Santos, por exemplo, segundo categorizada fonte da área federal, tem 12 mil funcionários com um salário médio de Cr\$ 260.000,00 mensais. O governo acha que não precisa de tantos nem numa média tão alta. Várias empresas estatais pagam uma grande variedade de adicionais a seus funcionários, sendo um dos mais comuns o de periculosidade a funcionários de escritório no centro de grandes metrópoles brasileiras. Há a disposição de exterminar um aberrante adicional de assiduidade, que o cidadão ganha se não faltar ao serviço.

Consequência dessa investida nas estatais, admitida no próprio governo: aproxima-se um teste, dos